

NARRATIVA HISTÓRICA E NARRATIVA LITERÁRIA: PONTOS E CONTRAPONTO

LÍLIAN GONÇALVES DE ANDRADE*

RESUMO

O artigo discute as distinções gerais das narrativas históricas e literárias, promovendo uma leitura de filósofos e teóricos que analisaram a temática da fronteira entre estes dois campos do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; narrativas.

NARRATIVAS HISTÓRICAS E LITERÁRIAS

Um dos primeiros pressupostos aos quais devemos atentar no estudo de narrativas históricas e literárias é para a questão do objetivo inicial das características, ou ainda das peculiaridades, de cada uma dessas referentes maneiras de narrar.

Assim, em uma narrativa de natureza histórica tradicional, tende-se a buscar, inicialmente, a restauração de um passado, tentando uma aproximação ao máximo deste.

Contudo, é fundamental rompermos com esse “mito” inicial, preconcebido, e termos consciência de que nunca poderemos alcançar ou “tocar” tal passado – visto que essa narrativa retrata um fato de determinado tempo, em contexto econômico, social e político que jamais poderá ser apreendido, senão via reconstrução.

Assim, nunca um fato se sucederá novamente tal qual foi no passado, e sim existirão possíveis recomposições desse determinado acontecimento. Isso é o que chamamos de olhar o passado com os olhos da atualidade, e que tratamos ao longo deste artigo.

Por outro lado, uma narrativa de cunho literário não tem esse mesmo interesse, esse desejo por chegar perto de um passado para poder existir, ou a fim de justificar-se, uma vez que não irá comprometer-se por tentar reconstruir um passado, na proporção em que sua existência justifica-se em um fato ficcional, isto é, não há a

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – História da Literatura –FURG

necessidade de um vínculo com o real, com a busca pelo mais próximo possível ao que de fato se sucedeu. A esse tipo de narrativa, temos arraigada, na verdade, a questão da ficcionalidade, que se basta por si mesma.

Em meio a essas iniciais distinções, fato incontestável é que, tanto em uma quanto em outra narrativa, o ideal é que se tenha a certeza de que constituem textos em aberto – contando-se, para tanto, com a perspectiva dos historiadores da atualidade, ou seja, que dão aos leitores a possibilidade de interagir, pensando quais outras realidades poderiam acontecer.

Tudo isso, certamente, com uma densidade do que se conhece, mas caracterizando um texto mais leve, e, entretanto, não hermético – com uma não hipotética, mas garantida plurissignificância de compreensões via leitor/receptor.

Mais do que isto, precisamos compreender que o processo de verossimilhança interno estará contribuindo para que o objetivo máximo de uma narração, ou seja, a persuasão, seja instaurada e concluída.

Entendamos pelo termo *verossimilhança* a representação do que é possível – e por que não “passível”? – de acontecer. A verossimilhança interna abarca a “teia” que torna uma obra literária – seja um drama, um romance ou uma obra de ficção científica – possível de ter acontecido/acontecer dentro do universo narrado, dentro da diegese.

Logo, ser verossímil não significa ser verdadeiro, verídico. A verossimilhança significa estar “bem-costurado”, isto é, bem explicado dentro do texto – por isso a justificamos verossimilhança *interna*.

Desse modo, a Literatura poderá ser verossímil desde que as estruturas estejam bem explicadas dentro daquele espaço que elas possuem para se apresentarem. Lembremos que a Literatura é arte, e, como tal, não tem compromisso com o real.

Tomando por base o filósofo francês Augusto Comte, temos em sua filosofia positivista cinco ciências fundamentais – a Astronomia, a Física, a Química, a Fisiologia e a Física Social ou Sociologia, sendo esta última a de nosso interesse neste momento. Afinal, é a sociologia que tem por fundamento o olhar sobre um passado exclusivo como implicação (ou resultado!) do presente, e base única para a projeção do futuro. Mais do que isso, é uma teorização do passado enquanto uma verdade incontestável, isto é, como fato que aconteceu da maneira como está sendo apresentada pela narrativa.

Percebemos em Comte a não-aceitação de um processo de reconstrução de uma *possível* História, mas a necessidade de esta ser a História, única e verdadeira; fato esse que, hoje, sabemos que se

processa mais natural e aceitavelmente se tomado como em aberto, e não como algo indubitável, afinal é utopia pensar em uma história *única*, sem alterações ou mudanças de acordo com o indivíduo que a esteja abordando.

Nesse sentido, Lúcia Fabrini de Almeida, em sua obra sobre o poeta e ensaísta Octavio Paz, nos apresenta dois tipos de tempos distintos: o tempo do primitivo e o tempo cíclico, cuja abordagem será interessante neste momento.

Convergindo ao pensamento de Comte acerca de um passado que seja única consequência para o futuro, temos o tempo do primitivo, em que o tempo a ser imitado sempre é o passado do primitivo: “esse passado é um presente fixo, resistente às transformações, pois a ausência delas assegura a identidade”¹.

Temos, nesse excerto, o olhar crítico de Almeida, pois há, dessa maneira, a admissão e o reconhecimento de um fato que não está sendo História, que não está a suceder-se e a ser flexível, ou sequer capaz de ser moldado por quem porventura venha a ter contato com ele.

Trazendo ainda à tona o tempo do primitivo, mas já aludindo ao tempo cíclico, confirmamos que “Tempo do primitivo e tempo cíclico se diferenciam na medida em que, se o primeiro concebe uma atemporalidade que deságua na negação da história, o segundo admite o transcorrer”².

Assim, percebemos que, de fato, o tempo do primitivo é um tempo a-histórico, um tempo em que a transição não faz parte – assim como pensava Augusto Comte –, e, em contrapartida, temos uma outra forma de temporalidade.

Esta outra, cíclica, será capaz de exprimir de modo muito eficaz a realidade histórica, uma vez que aceita o decurso do tempo, e, conseqüentemente, deduzimos, também as possíveis teorizações e processos de recontagem dos feitos.

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, filósofo parisiense, em definição a despeito da História, afirmava: “História é narração de fatos verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos fictícios”³.

De grande audácia e inteligência para seu tempo – o *Dicionário Filosófico* é datado de 1764 –, este filósofo nos comprova distanciamentos entre História e ficção/fabulação, mas peca – pelo

¹ ALMEIDA, 1997, p. 24

² Cf. ELIADE, Mircea. A sobrevivência do mito do eterno retorno, in *O mito do eterno retorno*, p. 151-159.

³ VOLTAIRE, 2003, p. 267.

menos aos nossos olhos criteriosos de hoje; certamente nem sempre se teve tal concepção – ao deixar uma grande lacuna quando atribui à primeira “fatos verdadeiros”.

Porém, o que quis dizer Voltaire com isso? Fatos verdadeiros são fatos tomados sempre como os mesmos por um determinado número de indivíduos? Quem poderá comprovar o que foi verdade e o que não foi, não estando presente na cena em questão?

Da mesma maneira, ao aludir sobre a Literatura, Voltaire não a define muito bem, tratando de abarcá-la em um conceito menos detalhado, e que se refere à questão das artes em geral, como podemos constatar:

Literatura: esta palavra constitui um desses termos vagos tão freqüentes em todas as línguas(...)

Não se constitui em arte particular a literatura. Antes, é uma luz adquirida sobre as belas-artistas, freqüentemente luz enganadora⁴

Com *Leopold von Ranke*, figura mais representativa do positivismo do século 19, ao apontar para uma história comprometida com os fatos deveras ocorridos, também fugia à realidade de que, sempre que um historiador tem por objetivo o relato de um acontecimento histórico, esse é dado de maneira engajada.

Afinal, não há como um historiador ser indiferente ao que está relatando, não se deixando levar por fatos que lhe são interessantes, e, conseqüentemente, desconsiderando e omitindo outros tantos.

Esses chamados recortes são mais do que intencionais, constituindo-se como frutos da necessidade do sujeito, por ser impossível “dar conta” e abarcar tudo o que se passou – tanto por ser impossível apreender-se “o tudo” que se passou, mas também porque, ainda que se considerasse essa possibilidade, impossível seria conseguir contar “o tudo”: seria algo sem fim.

Tal característica – de realizar recortes – é peculiar à natureza do relato que um historiador venha a realizar, uma vez que este é um sujeito que se encontra temporalmente – e muitas vezes também espacialmente – localizado em outro tempo, que não o do fato – tempo de impossível retorno.

Conseqüentemente, essa experiência é impregnada de subjetividade e de envolvimento do historiador, que olha hoje para um “ontem” novamente dizendo que olha o passado com os olhos da atualidade.

⁴ VOLTAIRE, 2003, p. 358-359.

Assim, temos um ângulo/foco de análise que é outro, adverso àqueles inicialmente concebidos. Imprescindível, pois, é que seja realizado um discurso plausível e convincente, que siga à risca tais características. Importante, também, é o reconhecimento de que cada indivíduo escreve de uma maneira, através de reconstruções, mas o que é essencial é a questão da plausibilidade.

Todavia, é com o “presentismo”, como o próprio nome já nos alude e incita alguma idéia, que teremos a tendência mais caracterizadora de uma narrativa histórica, uma vez que esta será efetivamente tratada – como já dissemos, e repetindo, – a partir de um olhar do indivíduo de hoje sobre um passado, com a visão de um sujeito da atualidade – o historiador – para um passado reconstruído, ou em fase de reconstrução, por parte do presente historiador.

Essa será a visão de um sujeito que está século(s) à frente do que se sucedeu, ou seja, numa perspectiva altamente abarcadora de interesses que advêm do homem contemporâneo – ou “pós-moderno” – que mira um “ontem” através de características de subjetividade e seletividade que correspondem a este ser em um tempo e um espaço distintos, e não em busca de uma única verdade – mas uma provável e mais próxima verdade possível, construindo, assim, não a verdade em si, mas uma de suas possíveis versões em meio a tantas outras plausíveis.

Daí é que se torna possível tanto o surgimento quanto a realização do espaço denominado “distância crítica” entre um leitor/receptor e o que um historiador narra; isto é, há a oportunidade de interpretações e pensamentos acerca de um mesmo fato histórico.

Esse é o momento da valorização de dois tempos distintos: o tempo da produção, revestido de subjetividade – neste caso específico, a escrita do tempo do fato histórico –, e o tempo da recepção – tempo em que o acontecimento já foi reconstruído e está sendo recebido por seus leitores/receptores.

Assim, como nos apresenta Adam Schaff em sua obra *História e verdade*, depreendemos que o relativismo histórico ou o presentismo é a corrente que sustenta a nossa atual mirada para que possamos compreender determinado processo ocorrido, e para que possamos fazer história sem implicar sermos donos dela.

Dessa maneira, cada um poderá – claro que com os limites coerentes – depreender um significado e desdobrá-lo em possibilidades – tudo isso graças ao reconhecimento atual da possibilidade de interpretações e recepções de um dado ocorrido.

Ainda de acordo com Adam Schaff, “o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso

deste termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos fatos históricos”⁵, ou seja, o historiador utiliza um aparato real como sustentação e embasamento de sua pesquisa através do tempo, mas não fica preso unicamente a elas, tampouco fica encarcerado a fatos prontos, já contados e recontados anteriormente.

Por sua vez, uma narrativa literária também busca uma aproximação entre o receptor da obra e o fato narrado, ou seja, uma aproximação que não é necessariamente temporal, mas enquanto uma identificação desse leitor com a mesma – e é justamente no que diz respeito a essa identificação por parte de um leitor/receptor que haverá distinção dessa narrativa histórica, a qual não necessita identificação para que seja atrativa, mas tem sua atratividade garantida na medida em que conta o surgimento e a caminhada do homem – seja esse homem pertencente ao Ocidente ou ao Oriente: a identificação não é o quesito.

Dessa forma é que a Literatura distingue-se da História, pois, enquanto a primeira não tem nenhum compromisso em retratar ou reconstruir uma realidade para que seja válida aos olhos de seus leitores, a segunda é, via de regra, realizada para explicitar a confirmação da existência, tanto do homem em si quanto de um fato histórico, de uma nação, de um povo ou de um povoado. Mesmo em uma obra autobiográfica – ou biográfica –, por mais que tal característica seja salientada, ela não se constitui de fatos reais e não pode em nenhum momento ser tomada como uma reconstrução da realidade, visto que a memória – o processo de rememoração – é seletiva e lacunar.

Dessa forma, embora um escritor tenha as melhores intenções em trazer para o presente algo já acontecido, é natural que, devido ao tempo do seu acontecimento – ainda que seja de apenas algumas horas anteriores – muitos fatos e sensações tenham se modificado em relação ao acontecimento, pois, ao relembrarmos algo passado, colocamos as sensações que temos “agora” em relação com esse acontecimento, e, da mesma forma, quanto mais passe o tempo (uma autobiografia de alguém adulto sobre a sua infância, por exemplo), mais serão as sensações saudosistas em relação a certos acontecimentos.

Na verdade, não apenas saudosistas como algo bom, mas saudosista no sentido de remeter a um tempo que, por ser remoto, mais passível está da imaginação, do devaneio e da idealização, muitas vezes já se construindo como um novo episódio e não o realmente vivenciado pelo sujeito.

p. 307. ⁵ SCHAFF, 1978,

Assim, nos damos conta de que, quanto mais no passado estiver o processo trazido à realidade, mais impregnado de resquícios de memória, mas também de imaginação e fantasias, estará o evento; mais esta realidade estará envolvida e a aproximar-se com a fabulação, com a ficção propriamente dita.

Para o crítico francês Philippe Lejeune, a autobiografia é enquadrada enquanto uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando atribui importância a sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade”⁶.

E de fato. Mas não devemos deixar de aludir que em toda a obra autobiográfica há parte de história real, com marcas em documentos historiográficos, relativos à história, mas também existem artifícios lingüísticos e artifícios ficcionais, resultantes da ficção.

Não podemos esquecer que o caráter de ficcionalidade, mesmo dentro de uma obra de procedência autobiográfica, não a torna menos interessante e sem valores; da mesma forma que um texto ficcional – mas não (auto)biográfico – como, por exemplo, *Lucíola*, de José de Alencar⁷, nos retrata a Corte – e, entretanto, temos um “retrato” da sociedade dentro de uma narrativa que se constrói via ficção, mas nem por isso desprovida de crítica, de mentalidades e comportamentos de uma determinada época que, se fossem documentos, puros e frios, não iriam conseguir abarcar.

Deste modo, caminham juntas a Literatura e a Política, constituindo uma obra em que o leitor, mesmo em tempo distinto daquele da fabulação, é capaz de identificar-se com ela. Afinal, precisamos estar atentos ao fato de que fazer literatura permite ao ficcionista expor certos problemas da realidade em que ele vive (ou viveu), e questionar estética e artisticamente estes problemas – sejam de uma época, de uma geração, de um país etc.

A Literatura é uma questão lingüística, pois ela não existe fora das palavras, e suas personagens são “seres de papel”, que não vivem fora do texto. Constituem-se, assim, em uma categoria narrativa, um elemento textual; ainda que imite e represente as pessoas, mas as personagens de um romance, conto etc. não são pessoas com existência neste mundo, no mundo real.

Assim, no momento em que a imaginação atua – ainda que sutilmente – em, por exemplo, uma obra de cunho (auto)biográfico, aquela pessoa referida já não é a mesma, mas fruto de idealizações e

⁶ LEJEUNE, 1975, p. 14 (tradução da Profª. Drª. Raquel Rolando Souza).

⁷ ALENCAR, 1998.

de lacunas que, ao serem preenchidas, rompem com a veracidade da ocorrência – diferentemente do discurso da História, que se baseia em indivíduos com existência real⁸.

Isso nos leva a adentrar em outra questão, que é a de uma obra ficcional possuir elementos que têm vínculos reais, isto é, o fato de um escritor colocar em sua obra personagens com existência comprovada em documentação, bem como possuir feitos comprovadamente acontecidos: tudo isso é altamente possível, pois serve como um recurso de verossimilhança – que já anteriormente tratamos –, de persuasão e de veracidade ao que está sendo aludido pelo ficcionista.

Esse é o típico caso dos “romances históricos” nos quais são relatados eventos que, via de regra, enfatizam o nacionalismo e a reconstrução de fatos da História, mas, muitas vezes, utilizando-se tanto de seres com existência fora do mundo das palavras quanto de seres só pertencentes a esse mundo – personagens fictícios.

Da mesma maneira, não podemos esquecer que a História, por sua vez, também possui seus elementos ficcionais – claro que dosados –, pois, como já evidenciamos, o historiador é um sujeito que narra segundo seu ponto de vista, seus anseios e suas percepções de mundo. Possui, particularmente, uma “bagagem cultural” e um conhecimento de mundo que o acompanha e o faz diferente e único enquanto indivíduo – o que o faz pensar e criar de maneira também distinta e singular.

Não são poucas as obras que, vez ou outra, questionam o que é literatura, e, nesse sentido, aludimos ao filósofo francês Jean-Paul Sartre, que, no desfecho de um livro, diz: “Se a literatura se transformasse em pura propaganda ou em puro divertimento, a sociedade recairia no lamaçal do imediato, isto é, na vida sem memória dos himenópteros e dos gasterópodes”⁹.

Ou seja, a Literatura sempre manterá por detrás de seu discurso ficcional uma carga de crítica que deve ser levada em consideração, pois faz parte da representação de um tempo de produção a ser considerado, pois este é real, verídico – ainda que uma obra literária seja criação ficcional.

Todo e qualquer processo de criação é marcado pelas contingências de espaço, de tempo, entre outros, afinal somos sempre expressão do nosso tempo. Precisamos estar atentos e abertos que, hoje, olhamos – isso é válido tanto para a Literatura quanto para a História – de uma maneira peculiar, que leva em consideração o

⁸ Entenda-se pelo termo as pessoas com existência comprovada através de documentos e registros.

⁹ SARTRE, 1989, p. 218.

processo de subjetividade de quem cria determinada obra. Conseqüentemente, temos conceitos de Literatura e História que são “vivos”, pois dependem do período em que estão sendo consultados.

Da mesma maneira, ratificamos o processo de relevância das obras de ficção em Marisa Lajolo, quando ela aponta que

O finalmente é que a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio social.¹⁰

(...) há uma profunda relação entre as obras escritas num período– e que, portanto, configuram a literatura deste período– e aquilo que, nestas obras, costuma ser identificado como o específico literário. Desenvolve-se, assim, uma espécie de diálogo ininterrupto entre a prática e a teoria da literatura. Em outras palavras: os conceitos de literatura (...) são inspirados pela leitura das obras literárias... Reciprocamente, as obras literárias de um certo tempo, por serem permeáveis ao intercâmbio, incorporam tais formulações, validandões aos olhos de seus formuladores.¹¹

Percebemos que uma obra de cunho ficcional – como *Lucíola*, anteriormente citada – desempenha um papel peculiar na sociedade. Logo, deve ser tão consultada quanto uma obra de natureza histórica, se tivermos o intento de descobrir características de determinada sociedade, pois documentos não costumam apresentar características tão “vivas” como nos faz a Literatura.

Dessa maneira, precisamos ter bem claro que, tanto o historiador quanto o ficcionista, ainda que tenham *corpus* de análises, a princípio, distintos, estarão sempre tentando atingir aos seus hipotéticos e futuros leitores.

Além disso, a Literatura se faz presente através da penetração no imaginário estipulada por sua carga ficcional, ao passo que a História se fundamenta principalmente através de documentos, fontes históricas e fatos, buscando representar, *o mais próximo possível*, uma versão da verdade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Lucíola*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ALMEIDA, Lúcia Fabrini de. *Tempo e Otredad nos ensaios de Octavio Paz*. São Paulo: Annablume, 1997.

¹⁰ LAJOLO, 1986, p. 16.

¹¹ Id. *ibid.*, p. 26.

- BRAIT, Beth. *A personagem*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- DECCA, Edgar de; LEMAIRE, Ria (org.). *Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura*. Campinas: Unicamp/Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teoria literária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

